



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do IPHAN-ES
Divisão Técnica do IPHAN-ES

PARECER TÉCNICO nº 95/2021/DIVTEC IPHAN-ES/IPHAN-ES

ASSUNTO: Parecer sobre a Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Jongu no Sudeste como Forma de Expressão da Superintendência do Espírito Santo.

REFERÊNCIA: Proc. 01450.001872/2021-92

Vitória, 13 de outubro de 2021.

1 - Introdução

Este parecer integra o processo de Revalidação do título de Patrimônio Cultural do Jongu no Sudeste e, portanto, deve ser integrado aos demais pareceres das outras 3 Superintendências para uma visão holística do Jongu na região sudeste.

Para subsidiá-lo, norteando-nos pelo disposto na Resolução nº05/2019, entendemos por Reavaliação: “os procedimentos voltados tanto para a identificação das transformações pelas quais o bem passou após o seu Registro quanto para o diagnóstico de seus processos de produção, reprodução e transmissão no contexto social, tendo em vista sua continuidade como referência cultural para seus detentores.” (art.2º). Logo, o momento da Revalidação do título do bem enquanto patrimônio cultural é uma excelente oportunidade de avaliação a respeito do andamento da política de reconhecimento, divulgação e valorização do bem e de seus detentores.

Nesse sentido, observamos como uma grande perda a impossibilidade de reuniões presenciais com os detentores para uma apreciação mais aprofundada devido a este momento em que as aglomerações ainda constituem um perigo, tendo em vista a pandemia de Covid-19. Diante disso, a consulta aos grupos acerca dos temas levantados passou a ser atravessada por dificuldades de compreensão que se exacerbam diante da comunicação à distância. Mesmo com estes desafios, definimos alguns procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste parecer.

Ao recebermos no dia 14 de julho de 2021 a Nota Técnica nº25/2021 produzida pelas Coordenações Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) e de Identificação e Registro (COREN), organizamos um planejamento prévio que comportava uma adequação aos protocolos de distanciamento e esboçamos os materiais de apoio ao levantamento das informações, tais como os formulários online e a apresentação de slides.

Em 5 de agosto realizamos uma *reunião de mobilização com os detentores*, em formato virtual, cuja memória consta em Anexo I. O objetivo pautava-se em apresentar o conceito da revalidação do título do bem cultural e destacar a importância desta para a avaliação da política do patrimônio imaterial; discutir

o andamento do processo de revalidação do Jongo; bem como identificar, de modo consensual, as atividades que seriam desenvolvidas no âmbito estadual para a tessitura do presente documento.

A despeito do agendamento ter sido negociado com os detentores por meio de aplicativo de mensagens, tivemos um baixo número de comunidades representadas. Isso se deve, a nosso juízo, sobretudo em razão do limitado alcance das tecnologias virtuais, seja no acesso à reunião, uso das ferramentas (predominantemente por celular) ou oscilações da conexão. Cabe ressaltar, no entanto, o apoio dos mais jovens que integram as comunidades na facilitação da participação dos mestres à reunião. Em todo caso, os detentores presentes acentuaram o curto período de tempo para a execução das ações e solicitaram no cronograma inicial a extensão do prazo para preenchimento de formulários (de 22 para o dia 27 de agosto).

A *disponibilização dos formulários* ocorreu a partir do dia 12 de agosto e ficaram abertos ao preenchimento até o dia 29 de agosto. Optou-se pela realização de formulários coletivos, isto é, apenas um formulário por comunidade detentora e não um formulário por detentor. Essa estratégia foi empregada no sentido de promover aos grupos um momento próprio e interno de avaliação conjunta dos aspectos do reconhecimento, das próprias ações de salvaguarda desenvolvidas, tal como das perspectivas e limites da política do patrimônio imaterial. Assim, a intenção consistia em possibilitar que os próprios detentores pudessem se reunir para discutir e avaliar as medidas desenvolvidas nos últimos anos no tocante à salvaguarda do bem cultural.

Entretanto, observamos que dentre as 22 comunidades que integram ao coletivo de salvaguarda no estado apenas 9 delas preencheram o formulário disponibilizado, como se indica no Anexo II. São elas: Mãe África, Pátria Amada, Brasil (Presidente Kennedy); Caxambu do Horizonte (Alegre); Jongo de São Benedito (Alfredo Chaves); Jongo de São Benedito Sol e Lua (Anchieta), Jongo de Sant'Anna (Conceição da Barra), Jongo de São Cosme e Damião (Porto Grande, Conceição da Barra), Jongo de Santo Antônio (São Cristóvão, São Mateus), Jongo de São Benedito (Campo Grande, São Mateus).

Para alcançar os demais grupos, empreendeu-se uma comunicação por meio de ligação telefônica com lideranças e/ou mestres das comunidades jongueiras. Estabelecemos o contato com a maioria dos grupos detentores do bem cultural entre os dias 3 e 22 de setembro de 2021. Para otimizar a ligação telefônica construímos um roteiro de questionamento que incluíam os seguintes pontos: apresentação do processo de revalidação, composição do grupo (faixa etária, gênero, ocupação profissional e situação do grupo frente à pandemia de Covid-19), papel da religiosidade e espiritualidade na roda de jongo; histórico de participação do grupo no coletivo de salvaguarda (em termos de mobilização e participação nas ações), avaliação do impacto do processo de salvaguarda do Jongo no modo de vida e para a prática do Jongo/Caxambu, relações com os parceiros institucionais, caracterização das apresentações dos grupos (locais, situações, espaços ocupados e público espectador, recursos para desenvolvê-la), avaliação dos grupos para ampliação da autonomia dos próprios coletivos e as dificuldades que enfrentam. As informações que deles se extraíram estão sistematizadas no Anexo III.

A estratégia de promover ligações telefônicas aos detentores configurou-se enquanto uma boa oportunidade para promover o diálogo e contato com os mesmos, pois neste processo das ações de salvaguarda criam-se laços de simpatia e amizade entre os envolvidos. Em tal circunstância, verificamos, de modo sintomático, que tais expoentes dos grupos se encontram abalados pelas imposições dos protocolos sanitários relativos à pandemia de Covid-19. Essa conjuntura, aliás, demandaria um estudo próprio, dado os impactos que tem promovido nas comunidades detentoras do bem.

Sinalizamos que foi possível identificar danos de ordem médico-sanitária (casos confirmados do novo-coronavírus, ansiedade decorrente de suspeição de casos, casos de óbitos em razão da doença, adoção de novos comportamentos de higienização com máscaras de proteção e álcool em gel); culturais e técnicos (maiores demandas pelo uso das tecnologias virtuais, suspensão das rodas de jongo, sensação de perda de entes queridos, reforço nas práticas de benzeção e devoção, cancelamentos de eventos festivos tradicionais); econômicos (perda financeira dos detentores, demissões de empregos, suspensão de contratos de trabalho, diminuição da comercialização agrícola para os centros urbanos); além de sócio-políticos (aumento da demanda de medidas assistencialistas às instâncias formais dos poderes públicos locais e transformações na discussão interna dos grupos).

As atividades para a elaboração deste parecer não se limitaram apenas à participação dos detentores. A equipe técnica do Iphan-ES entrou em contato com os principais parceiros institucionais no apoio à salvaguarda no estado, tendo em vista uma reunião interinstitucional sobre a revalidação. Comunicou-se com gestores culturais da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult) e docentes da Universidade Federal do Espírito Santo para que pudessem colaborar com a avaliação desse processo. Desse modo, realizou-se em 8 de setembro de 2021 uma reunião com dois professores da Ufes (Aissa Guimarães e Osvaldo Martins) e um gestor cultural da Secult (Luiz Henrique Rodrigues), como se vê no Anexo IV.

Após as reuniões de mobilização dos detentores, parceiros e ligações telefônicas, deu-se início a uma sistematização dos dados coletados. Construíram os quadros e anexos, reuniram-se os dados obtidos por meio dos formulários, incrementou-se aos relatos fornecidos em telefonemas, bem como se relatou a memória das reuniões organizadas. Essa organização dos dados foi imprescindível para a escrita do presente material que se deu, efetivamente, entre os dias 20 de setembro e 04 de outubro de 2021. O curto período para redigir o material incorre em algumas passagens abreviadas em termos de conteúdo e amplitude no diagnóstico. No entanto, afirmamos que se encontra armazenada na rede interna do Iphan-ES a documentação com áudios das reuniões, memórias detalhadas e outras informações pertinentes referentes ao referido processo.

Após isso, desenvolveu-se uma reunião de devolutivas com a base social para que pudesse validar, complementar ou retificar as prerrogativas aqui sinalizadas. Tal fato ocorreu no dia 8 de outubro de 2021, em formato virtual. Nesse encontro apresentou-se os materiais que tinham sido produzidos, quer sejam as memórias e anexos que compunham o parecer, bem como este próprio documento (Para uma análise detalhada, cf. Anexo V). Sinalizou-se os seus principais tópicos e assuntos que lhe eram abordados e discutiu-se os empecilhos atravessados para a composição do mesmo, entre os quais o escasso prazo para a implementação e concomitância com as demais demandas atribuídas no interior da Superintendência.

Diante desse contexto e das limitações contextuais de elaboração desse parecer, segmentamos esse documento em 3 seções: a primeira preocupa-se da inserção dos grupos de Jongo e Caxambu do ES na salvaguarda do bem cultural; o histórico de ações desenvolvidas e as transformações perceptíveis após o registro, para além de uma breve introdução e conclusão.

2 - A inserção de grupos de Jongo e Caxambu do ES na salvaguarda do bem

No que diz respeito à diversidade territorial da ocorrência do bem cultural, cabe iniciarmos esta discussão a partir da descrição sobre a forma como se deu a inserção dos grupos do estado no processo de salvaguarda do Jongo. Ao recuarmos ao período do registro, no caso do Jongo do Sudeste, é essencial lembrarmos que na pesquisa empreendida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), que teve como resultado o pedido de registro do bem, havia a compreensão de que esta se baseava em uma amostragem de grupos do universo total do Jongo e Caxambu. Portanto, tal pesquisa deveria ser ampliada ao longo da etapa de desenvolvimento das ações de salvaguarda, inclusive a partir de identificações empreendidas, em especial aquelas da parte dos detentores, uma vez que conseguem identificar seus pares melhor do que nenhum outro agente.

Assim, uma comunidade de jongo identificada ao acaso no norte do Espírito Santo foi incluída na relação das comunidades jongueiras inventariadas, sendo o processo de identificação das comunidades jongueiras do estado levado a cabo posteriormente ao registro do bem, tanto pela equipe da Superintendência do Iphan no Espírito Santo, quanto pela Universidade do Espírito Santo. Essa identificação se deu durante visita ao município de São Mateus relacionada ao Programa de Apoio a Comunidades Artesanais do CNFCP. Essa viagem foi realizada pela coordenadora Letícia Vianna, do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, tendo em vistas o teste da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Nela a pesquisadora conheceu a mestre Dilzete Nascimento do grupo de São Benedito, localizado na sede do município. Nesse momento, percebeu-se indícios que a

territorialidade do bem se estendia também ao Espírito Santo, o que acarretou na inclusão do estado como um sítio de ocorrência.

Através do histórico das ações de identificação, não apenas do Inventário de Referências Culturais empreendido via contratação da empresa Temporis Consultoria entre os anos de 2014 a 2015, bem como através de conversas com nossos parceiros, identificamos que o processo de salvaguarda no estado começa a ter alcance no envolvimento e mobilização dos detentores do estado há cerca de 10 anos apenas. De acordo com o Relatório final de Identificação das Referências Culturais associadas ao Jongo no Sudeste realizado no Espírito Santo foram identificadas a expressão cultural em 12 municípios do estado, como se vê no quadro abaixo:

Quadro A - Grupos detentores de Jongo/Caxambu identificados no INRC do Jongo no Espírito Santo (2014)	
Municípios	Grupos
Alegre	Caxambu do Horizonte
Anchieta	Tambores de São Mateus
	Banda de Jongo de São Benedito Sol e Lua
Cachoeiro de Itapemirim	Caxambu da Velha Rita
	Caxambu Santa Cruz
	Caxambu Alegria de Viver
Castelo*	Caxambu de Castelo ou da Fazenda Santa Helena
Conceição da Barra**	Jongo de Sant'Ana
	Jongo de Santa Bárbara
	Jongo de São Benedito e São Sebastião
	Jongo de São Benedito das Piabas
	Jongo de Cosme e Damião
Divino São Lourenço	Caxambu de Córrego Amarelos e Patrimônio da Penha
Itapemirim	Jongo-Mirim Crispiniano Balbino Nazareth
	Jongo do Mestre Wilson Bento
Jerônimo Monteiro	Caxambu da Andorinha
Mimoso do Sul	Caxambu de Santo Antônio do Muqui
Presidente Kennedy	Jongo de Boa Esperança e Cacimbinha***
São Mateus	Jongo de Santo Antônio
	Jongo de São Benedito

* Atualmente, o grupo tornou-se inativo quanto às suas atividades.

** À época, o Jongo de São Bartolomeu foi excluído por não se encontrar em atividade.

*** O nome do grupo foi alterado para "Mãe África, Pátria Amada, Brasil".

(Fonte adaptada de: IPHAN. Identificação dos Bens Culturais - Inventário Nacional das Referências Culturais (INRC) do Jongo no Espírito Santo. Vitória: Outubro de 2014, p.4-5).

Essa pesquisa muito se nutriu dos resultados obtidos pelo projeto intitulado "Territórios e Territorialidades rurais e urbanas: processos organizativos, memória e patrimônio cultural afro-brasileiro nas comunidades de jongo e Caxambu no Espírito Santo", empreendido pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o IPHAN-ES, iniciado no ano de 2012. Durante o período em que foi executada a identificação das comunidades sinalizou que o Caxambu da Pedra Branca havia sido desativado e a comunidade de Guaxe (localizada no município de Linhares) foi intitulada de detentora do Congo.

Pode-se perceber que o registro e a posterior identificação das comunidades detentoras no estado provocou uma reorganização da forma como o bem é vivido localmente. Em muitos dos casos, o Jongo se tratava de prática difusa na comunidade, não obedecendo a uma organização de grupo, mas permanecendo ativo e de forma intimamente conectada com a devoção aos santos católicos. Em outros casos o Jongo estava em estado de memória, mas não era mais praticado na comunidade. Ou ainda, era organizado em grupos que contavam com a participação de pessoas de comunidades próximas e que sofreram cisões tendo em vista a criação de novos grupos dentro de tais comunidades.

O momento de identificação dos grupos coincide também com um processo de reconhecimento de territórios quilombolas no norte do estado. Tal fato coloca em marcha um processo de eleição de manifestações culturais de herança afro-brasileira nas comunidades que auxiliem as mesmas a se conectarem com a sua identidade negra e quilombola. Assim, muitos grupos passam a ser estruturados, de uma forma já conhecida e vivenciada pelos detentores com relação a outras manifestações, pois muitos possuem atuação em mais de uma manifestação, sendo integrantes de outros grupos de manifestações culturais tais como folias de reis, reis de bois e ticumbis.

Quanto às demandas levantadas no início do processo de salvaguarda e objetivos do Plano de Salvaguarda, é importante, antes de tudo, atentar para a diferença entre os pontos de partida no que concerne à situação dos grupos de Rio de Janeiro e São Paulo quando do início da salvaguarda e dos grupos do Espírito Santo. A representação dos detentores capixabas nos primeiros esforços para desenho de um Plano de Salvaguarda ainda em 2006, bem como durante as ações do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu a partir de 2008, foi residual. Tal situação assimétrica de representatividade espelha a forma como o Jongo e o Caxambu era vivenciado pelas comunidades detentoras até então: de forma bastante articulada por algumas comunidades de Rio de Janeiro e São Paulo, que haviam se organizado na Rede de Memória do Jongo, por exemplo, e de forma pulverizada pelas comunidades detentoras do Espírito Santo.

Assim, mesmo que contando com a participação de mediadores importantes para deflagrar o processo de articulação dos grupos entre si, os grupos de Rio de Janeiro e São Paulo alcançam o início do processo de salvaguarda no ano de 2006 de forma bastante diferente do que os grupos do Espírito Santo, que iniciam sua articulação de forma mais intensa a partir de 2012. Podemos arriscar dizer que se para aquelas comunidades o bem cultural já começava cumprir um papel político importante, antes mesmo do registro, para estas, este tipo de função ainda começa a se definir para os detentores capixabas.

2.1 - A visão sobre a cultura negra no estado

Quando discutimos o contexto específico do Espírito Santo no que tange às referências culturais afro-brasileiras, há uma questão que diz respeito à situação da visibilidade (ou invisibilidade) das culturas negras enquanto um patrimônio local no Espírito Santo. De maneira geral, os detentores muitas vezes expressam a opinião de que a contribuição cultural de colonos europeus no estado é muito mais exaltada do que a dos negros. Isto também aparece como tratamento desigual aos detentores por identificarem que muitas vezes os recursos pagos aos grupos que disseminam suas referências culturais europeias são muito mais volumosos do que o que se destina aos grupos de jongo ou caxambu.

Neste momento de avaliação que a Revalidação do Título propicia, cabe refletirmos, antes de tudo, acerca da propagação e do espaço para tanto que uma referência cultural que tem como âncora a ancestralidade negra possui em determinado território. Dentro das manifestações culturais relacionadas à ancestralidade negra, com relação ainda à sua visibilidade, podemos dizer que o Jongo e o Caxambu não estavam no foco do fomento à cultura popular no estado anteriormente ao reconhecimento federal do bem. Como relatado pela mestre do Jongo de São Benedito de São Mateus (bairro de Sernamby), Dilzete Nascimento, por muitos anos não houve apoio estatal aos grupos de Jongo, apenas ao Congo era destinado apoio. Em sua opinião, muitos coletivos de jongo haviam se transmutado em bandas de congo pelas oportunidades de financiamento mais abundantes para os últimos.

Também ouvimos depoimentos de caxambuzeiros que relataram pressão sofrida pelos grupos por parte de agentes mediadores em enquadrar os batuques nessa classificação (Congo). Curiosamente, podemos

observar também um certo discurso de autenticidade do Congo no estado, como que o elegendo enquanto manifestação cultural legítima do Espírito Santo. Esse traço constitui uma continuidade da força do movimento folclórico do estado, cuja mobilização se incrementou, principalmente, em meados da década de 1940, devido a ação da Comissão Espírito Santense de Folclore. Outro indício disso é o fato de que o Congo é primeiro bem registrado estadualmente até os dias de hoje.

Quando o Iphan realizou uma contratação de empresa visando o levantamento preliminar do Congo no estado, mesma época em que foi realizado o INRC do Jongo no Espírito Santo (2014/2015), surgiu a dúvida se alguns grupos elencados eram detentores do Congo, ou do Jongo. O mesmo pôde ser verificado quando da realização do Inventário do Jongo no Espírito Santo, quando a equipe de pesquisa nos enviou uma ficha de localidade do inventário, de uma localidade onde os detentores se designam como Congo, do início ao fim da ficha. Quando perguntamos o porquê daquela localidade estar inserida no inventário do Jongo, a equipe simplesmente suprimiu a ficha. No entanto, há uma discussão entre os jongueiros sobre a estrutura da forma de expressão ser mais próxima, do seu ponto de vista, do Jongo do que do Congo praticado por tantas outras bandas.

A musicalidade de ambas manifestações culturais são bastante semelhantes: tambores, e casacas, espécie de reco-reco muito populares no estado. O Jongo e Caxambu no Espírito Santo possui uma sonoridade peculiar quando comparado aos grupos de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No Congo, por sua vez, os registros míticos dão conta de uma reverência ao mastro de São Benedito se deve pela proteção que forneceu aos escravizados durante o naufrago de um navio tumbeiro na costa atlântica do Espírito Santo (na região de Nova Almeida, Serra, município da região metropolitana de Vitória). Ao se apegarem ao mastro da embarcação, solto inesperadamente por graça do referido santo, os tripulantes mantiveram sua sobrevivência. Em virtude disso, os devotos lhe rendem agradecimentos e festejos. Diante das fronteiras borradas entre as expressões culturais, toma-se como primeiro critério a autodeclaração dos grupos, mas também o envolvimento de pessoas que possuem pertencimento com as antigas famílias jongueiras da comunidade onde se localiza.

2. 2 - Particularidades dos Jongos e Caxambus do Espírito Santo

No Espírito Santo, o Jongo, também chamado de Caxambu, é levado por comunidades localizadas nas extremidades do estado: no norte, em dois municípios, e no sul de forma mais pulverizada em 9 municípios. O norte, conta com a maior concentração de grupos por município, sendo 8 grupos em um e 3 no outro. No sul, a maior concentração de grupos em um dos municípios é de 3 grupos. Para uma análise mais detida, confira o quadro abaixo:

Quadro B - Distribuição dos grupos de Jongo e Caxambu no estado do Espírito Santo (2021)	
Município	Grupo
Alegre	Caxambu do Horizonte
Alfredo Chaves	Banda de Jongo de São Benedito
Anchieta	Jongo de São Benedito Sol e Lua
	Tambores de São Mateus
Cachoeiro de Itapemirim	Caxambu Alegria de Viver
	Caxambu de Santa Cruz
	Caxambu de Velha Rita
Conceição da Barra	Jongo de Nossa Senhora Aparecida
	Jongo de Sant'Anna
	Jongo de Santa Bárbara (Linharinho)
	Jongo de São Bartolomeu (Quilombo Novo)

	Jongo de São Benedito das Piabas
	Jongo de São Benedito e São Sebastião (Itaúnas)
	Jongo de São Cosme e Damião (Porto Grande)
Itapemirim	Jongo Mestre Bento
Jerônimo Monteiro	Caxambu de Andorinhas
Mimoso do Sul	Caxambu da Associação de Folclore de Santo Antônio de Muqui
Muqui	Caxambu da Família Rosa
Presidente Kennedy	Jongo Mãe África Pátria Amada Brasil (Comunidade de Boa Esperança e Cacimbinha)
São Mateus	Jongo de Santo Antônio (São Cristóvão)
	Jongo de São Benedito (Campo Grande)
	Jongo de São Benedito (São Mateus - Sede)

Cada um dos grupos possui suas peculiaridades e traços que são próprios, quer seja em termos de rituais que lhe são próprios e determinados contextos socio-territoriais. Ao realizarmos um balanço dos formulários e das entrevistas quanto aos aspectos relevantes da expressão cultural, quais sejam, a) aspectos musicais, coreográficos, poéticos, lúdicos e religiosos associados ao Jongo; b) Sua presença e ocorrência em quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro; c) Sua relação com o calendário de festividades de santos católicos e divindades afro-brasileiras; d) Sua diversidade interna no que diz respeito aos modos de cantar, danças, conjuntos instrumentais, repertório poético, composição dos grupos; e) Sua associação com práticas socioculturais e aspectos religiosos de origem africanas transplantadas para e recriadas no Brasil, os detentores assinalaram que, em geral, esses aspectos permanecem enquanto centrais nas rodas de jongo.

Em uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas pelos jongueiros do estado para a produção e reprodução do bem cultural, a grande maioria dos formulários e também por meio das conversas telefônicas, apontaram-se as dificuldades financeiras, seguidos de discriminação religiosa, étnico-cultural, ausência no apoio do transporte/locomoção dos grupos, falta de incentivos ou devolutivas das pesquisas científicas, dificuldades no uso e apropriação das ferramentas virtuais, ausência de patrocínio a projetos e dificuldades de apoio a projetos escolares. Cabe ressaltar que, quando foram perguntados acerca do impacto que o reconhecimento gerou nas oportunidades de empregos aos jongueiros foi unânime a resposta de que não obteve êxito nesse aspecto. Apesar disso, sinalizam que obtiveram com a salvaguarda o fato de terem tido uma troca de informações, interações entre os diversos jongueiros e caxambuzeiros no estado, promovidos especialmente pelos encontros e reuniões articuladas.

Até os dias atuais temos observado uma demanda pela absorção de novos grupos no Coletivo Jongueiro do estado, grupos recém criados, e por vezes, polêmicos. Antes da pandemia do coronavírus, que impôs restrições à aglomerações de quaisquer proporções, estávamos iniciando a discussão acerca de como o coletivo já conformado pode lidar com as demandas de novos grupos em participar do mesmo, uma vez que avaliamos que não é o lphan, mas sim os jongueiros e caxambuzeiros que tem a prerrogativa de avaliar tais legitimações. Houve uma sugestão feita pela liderança Alessandra Ribeiro, do grupo Jongo do Dito Ribeiro de Campinas/SP, a impor uma regra de participação por dois anos de representantes destes grupos nas reuniões e atividades do coletivo de forma autônoma, para verificação sobre as reais aspirações destes. Entre os grupos aos quais já se iniciaram conversas com a Superintendência no sentido de inserção no coletivo de salvaguarda, constam: Caxambu de Pedra Branca (Vargem Alta, reativado em 2017), Comunidade de Degredo (em Linhares) Jongo Maria Preta e Zé Porto (em Marataízes) e Jongo de Santa Isabel (Conceição da Barra) . No entanto, os membros atuais do coletivo de salvaguarda têm visto

com preocupação a inserção indiscriminada de grupos. Segundo os detentores, é preciso “raízes” ou “origens” para integrar ao jongo e muitos percebem com preocupação esse processo.

2.3 - Religiosidade/Espiritualidade

Podemos observar dentre os grupos forte devoção a santos católicos, especialmente São Benedito, santo dos pretos, tais como São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário, Santa Bárbara, São Bartolomeu, Nossa Senhora Aparecida, São Cosme e Damião, Santo Antônio. Suas datas festivas são basicamente relacionadas aos dias dos seus santos padroeiros, bem como ao 13 de maio, dia da abolição da escravatura.

O posicionamento mais costumeiro nos grupos de Jongo e Caxambu do estado é de separação das práticas espirituais ou religiosas da prática do bem cultural. No entanto, muitos dos grupos e mestres possuem relação com outras práticas religiosas além da católica, por vezes relacionada à religiosidades afro-brasileiras tais como a umbanda ou à Cabula. Os espaços destinados às práticas religiosas são, na maioria dos casos, separados dos espaços destinados à prática do Jongo ou Caxambu, bem como os instrumentos utilizados para cada tipo de prática.

Podemos inferir que a frequente discriminação sofrida por praticantes deste tipo de espiritualidade possa ser um dos fatores que influenciem os grupos nesta separação. No tempo dos antigos, como dizem, havia muita magia envolvida nas rodas de Jongo, mas alegam que atualmente as rodas são apenas para diversão. De qualquer forma, costumam ser frequentes as reclamações durante as Reuniões de Articulação estadual de que certos pontos de forte carga espiritual seriam entoados durante as rodas que ocorrem por tais ocasiões, o que avaliam como um perigo, pois muitos participantes podem não ter esse conhecimento e sofrerem consequências nefastas por isso.

2. 4 - A ocupação em locais de prestígio cultural: sobre a espetacularização

O inventário produzido pela equipe contratada representa testemunho da situação de cada grupo identificado e entrevistado no momento da feitura da pesquisa. Um importante trabalho de documentação que está disponibilizado para consulta no Iphan.

Um subproduto do inventário foi um filme curta metragem de 16 minutos, chamado “Jongo no Espírito Santo”. Este filme apresenta uma boa qualidade técnica e assim foi copiado e distribuído para os grupos e para a sociedade em geral como uma forma de divulgação dos detentores e do bem cultural específicos do estado.

Desta ação desdobrou o lançamento do DVD no Cine Metrópolis da Universidade Federal do Espírito Santo. Aproveitamos o acontecimento de uma das Reuniões de Articulação estadual, que chamamos de Reunião para a Elaboração da Salvaguarda em algumas edições, e realizamos em parceria com a secretaria de cultura da universidade, a exibição do filme para os jogueiros e caxambuzeiros que participaram da reunião (02 por grupo) de forma aberta ao público. Foi uma experiência muito emocionante para os detentores verem alguns a si mesmos, outros a pessoas de suas comunidades, na grande tela do cinema, numa sala própria para tanto. Após a exibição, eles fizeram uma roda de Jongo e Caxambu próximo ao cinema, no campus da Universidade.

Consideramos salutar aos detentores que ocupem locais de prestígio social, vivenciem os equipamentos culturais enquanto usuários. Assim, durante as reuniões de articulação que passaram a ser realizadas com frequência em Vitória, buscamos incluir uma saída para fruição dos equipamentos culturais disponíveis na região metropolitana.

Como espectadores, os participantes das reuniões de articulação assistiram a uma sessão de curtas metragens no Sesc Glória e a uma peça no Teatro Carlos Gomes. Como protagonistas, podemos arrolar o lançamento do DVD no Cine Metrópolis mencionado acima, bem como uma apresentação que fizeram no

Sesc Glória no dia do Patrimônio (agosto de 2017). Esta última ação foi apenas intermediada pelo Iphan no sentido de transmitir a eles a proposta do Sesc, que vinha no formato de uma contratação, e de passar os contatos do centro cultural para que eles definissem a sua participação ou não e em quais termos.

A experiência do SESC ainda merece uma reflexão mais detida, pois evidenciou muitas questões a partir das dificuldades enfrentadas pelos grupos na ocupação do espaço oferecido pela instituição, pois esta oferta vinha com uma série de restrições quanto ao formato da possibilidade de uma contratação. Isso colocou um problema de gestão dos recursos aos grupos em vários níveis e resultou na solução da contratação de apenas uma pessoa jurídica, a Associação de Folclore de Conceição da Barra, que posteriormente fez os depósitos do cachê para os grupos participantes.

De qualquer maneira, naquele início de noite chuvosa do dia 16 de agosto de 2017, em celebração ao dia do patrimônio, subiram ao palco jongueiros e caxambuzeiros do Norte e do Sul do estado. Este estava sub representado, contando com participantes de 2 ou 3 grupos, já o norte contou com o apoio da administração pública municipal de um dos 2 municípios onde se concentram os grupos, Conceição da Barra, que sempre apoiou as ações do Iphan com os grupos do município. Assim, apesar do pequeno atraso que tiveram para chegar no Sesc, chegaram todos juntos e fizeram uma apresentação de peso, além de terem realizado ao menos um ensaio geral localmente.

Assim observamos repetir-se o usual problema sempre comentado nas reuniões de articulação acerca da dificuldade de transporte para os grupos. A baixa participação dos grupos do Sul teve a ver com a falta de transporte dos representantes dos grupos para o evento.

A forma de ocupar o palco, a preparação para a apresentação, discutida brevemente pelo *Whatsapp* com os representantes dos grupos, deixou claro que este ainda não é um lugar costumeiro de ser ocupado pelos grupos de Jongo e Caxambu no estado e que ainda não se apropriaram da estética de uma apresentação espetacularizada. Tal como a maioria dos grupos que conhecemos de Rio de Janeiro e São Paulo, costumam se apresentar em rodas que acontecem em espaços públicos, no chão e não no palco, geralmente sem iluminação ou sonorização, a não ser com um eventual microfone e amplificação. Como os formulários e as ligações telefônicas apontaram, ainda possuem baixo retorno financeiro em suas apresentações.

Outra característica ressaltada por alguns dos detentores com quem conversamos quanto às apresentações é a improvisação dos pontos puxados nos eventos em que participam. Muitos grupos declararam participar na maioria das vezes em eventos de Igrejas, ou mesmo em festas de outros grupos por ocasião do dia de seus santos padroeiros, pois buscam se apoiar e prestigiar mutuamente. Tais apresentações geralmente não possuem caráter remunerado, sendo oferecido aos grupos um lanche aos seus integrantes e por vezes o transporte.

Embora o esvaziamento do significado do bem cultural possa ser um risco de sua transformação em espetáculo, também alertamos para os benefícios que a ocupação de espaços culturalmente valorizados podem trazer, mesmo que estes espaços não estejam adaptados às formas de expressão que lhes são mais costumeiras e confortáveis.

Alguns grupos declararam ter percebido ao longo do período transcorrido do registro até o momento maior visibilidade pela sociedade em geral, minimamente um maior esclarecimento desta quanto à prática do Jongo/Caxambu, o que auxiliou em alguns casos as pessoas a não terem medo de assistir às rodas, comparecendo em mais apresentações e festas dos grupos. Tal visibilidade, no entanto, não criou mais oportunidades de geração de renda aos grupos, segundo a maioria dos detentores contatados.

No que concerne às oportunidades de financiamento ou captação de recursos via editais, observamos que houve aumento de oportunidades às comunidades jongueiras, no que concerne a adoção de uma linha específica de edital da Secretaria de Cultura do Estado à comunidades de detentores de bens reconhecidos no nível estadual e/ou federal.

Também podemos mencionar o lançamento de um edital específico para as comunidades detentoras do Jongo e Caxambu pelo Iphan ES, financiado através da captação de emenda parlamentar. A ação tinha como objetivo não apenas disponibilizar recursos para ações conduzidas diretamente pelos grupos, mas também que lideranças pudessem ter uma oportunidade de familiarização com a linguagem dos editais,

treinando a compreensão da linguagem, a escrita de projetos, bem como a execução e prestação de contas dos recursos obtidos.

No entanto, pudemos observar que muitos grupos se mantiveram em sua zona de conforto quanto à atuação de facilitadores que usualmente ajudam o grupo escrevendo os projetos e lidando com as questões burocráticas relativas aos mesmos. Apesar de duas oficinas oferecidas localmente no Norte e no Sul, e dos apelos da equipe técnica em esclarecer a importância do envolvimento de mais integrantes dos grupos nas tarefas de ler e compreender o edital, em pensar sobre como objetivar um projeto no papel, reunir a documentação solicitada, executar o projeto e reunir as informações solicitadas para composição de um relatório final, percebemos que este ainda é um desafio a ser enfrentado pelos grupos.

2. 5 - Transmissão intergeracional: o envolvimento dos Jovens na Salvaguarda

Como uma proposta pela equipe do Iphan ES, apresentou-se durante a realização de uma Reunião de Articulação estadual a possibilidade da criação de um Grupo de Trabalho voltado para a inclusão dos jovens no processo de salvaguarda, criando um envolvimento destes com as questões de seus grupos, de forma que auxiliassem em algumas questões relativas especialmente ao uso de tecnologias de forma favorável à comunicação dos grupos entre si, destes com a sociedade em geral e também com as instituições parceiras. Outra questão central na proposta era que neste GT também fossem estudados tutoriais acerca de captação de recursos, expandindo a noção de captação de recursos via editais e buscando compreender possibilidades do uso de campanhas de crowdfunding. Afinal, a maneira mais eficaz com que muitos dos grupos conseguem levantar recursos é através de ações que angariam fundos junto à sua própria comunidade. Estendendo a compreensão de que os jongueiros se localizam na região Sudeste do país, e que, portanto, podem conformar uma grande rede identitária, as “vaquinhas” ganhariam outras proporções, mas o desafio ainda era de dar consistência ao coletivo dos grupos dentro do estado.

A ideia surgiu a partir da constatação de que havia este desejo por parte de alguns grupos que contavam com a participação de pessoas mais jovens, mas que a criação de grupos à distância através das redes sociais não manteve a coesão necessária para o efetivo andamento de projetos de articulação entre os grupos. A proposta de funcionamento deste Grupo de Trabalho era centrada na comunicação através de diferentes meios digitais entre seus membros, assim como em reuniões presenciais para a troca entre os participantes, o que observamos é alimentar o vínculo entre as pessoas e os grupos por consequência. Seria necessário o desenvolvimento de pesquisas na internet a respeito dos temas no ínterim de tais reuniões presenciais, para que pudéssemos avançar nos temas propostos para estudo e trabalho.

Conseguimos a adesão dos grupos quanto à proposta, no entanto, alguns dos grupos não puderam contar com jovens interessados e participaram de algumas das atividades através de seus/suas mestres, o que não deixou de ser interessante pela troca intergeracional envolvida na presença dos mais velhos.

O maior problema da fruição do grupo foi, de fato, a dificuldade dos participantes em se envolver com assuntos do GT enquanto estavam em suas localidades, sempre buscando meios de vida através dos estudos e trabalho, fazendo parte da estrutura familiar de sustentação financeira. Como não há remuneração envolvida na participação, é difícil que um dos participantes consiga o tempo e energia para desenvolver o trabalho de pesquisa sobre as ferramentas que se buscava compreender com o grupo. Além disso, apesar de jovens, nem sempre seu interesse é pelo uso das tecnologias para compreensão das mesmas, mas o seu uso para estar mais próximo uns dos outros. Nesse sentido, um desdobramento interessante da criação deste grupo é que inaugurou um grupo de Whatsapp que se tornou o canal de comunicação mais eficaz com os grupos a respeito de consultas que fazíamos aos mesmos, ou mesmo para quaisquer comunicações necessárias.

Durante o III Encontro de Jongos e Caxambus pudemos acompanhar um conflito intergeracional entre uma das mestres e sua neta, participante do GT e que através das ações, enquanto representante do grupo foi se tornando também uma liderança do grupo. A mestre demonstrou desagrado pela postura de liderança da neta, confrontando o grupo a segui-la e não mais a ela. Por sua vez, a neta ficou surpresa com a atitude da avó que a seu ver deveria valorizar o seu desejo em atuar no grupo em prol de seu fortalecimento.

Em outros casos, a participação no GT fez com que o representante do grupo ganhasse uma projeção, ou mesmo acreditasse que estava ganhando uma projeção que não lhe seria devida na visão do mestre. Isso chegou a nós através de contato telefônico. Essas situações nos alertam para a necessidade de estarmos atentos para a manutenção da comunicação com os mestres dos grupos em paralelo ao GT, mas mesmo com a ocorrência destes casos, acreditamos que a iniciativa trouxe maior envolvimento dos jovens que em muitos casos podem se tornar novas lideranças, o que se faz necessário nos grupos que na maioria das vezes contam com poucas lideranças que acumulam responsabilidades e tarefas, o que os/as sobrecarrega, além de colocar em risco o andamento do grupo caso algo ocorra com estas pessoas.

A ideia de realizar o III Encontro de Jongos e Caxambus no estado partiu da equipe do Iphan, devido às constantes demandas dos grupos em aumentar a quantidade de integrantes a participar das ações tais como as reuniões, bem como a longa distância no tempo desde o II encontro realizado em 2012. Vivenciar os encontros é uma experiência ímpar para os integrantes dos grupos, pois ajuda a verem de forma concreta a quantidade de pares com que contam no estado.

Como não é incomum ocorrer, o esperado era que conseguíssemos contratar uma empresa produtora de eventos que desse conta de todos os aspectos necessários à organização logística do encontro, além de contar com a parceria das instituições federais localizadas no município e da própria administração municipal. No entanto, a contratação de uma produtora inviabilizaria a ação devido ao alto custo que representa. Assim, nos lançamos ao desafio de garantir algumas contratações essenciais para a realização do encontro, como transporte e alimentação, e propusemos a criação de uma comissão organizadora do encontro que contou com a participação de detentores que se voluntariaram a tanto, bem como os parceiros institucionais.

Através da comissão organizadora seriam decididos aspectos centrais do encontro, tais como a sua programação, quais as discussões e atividades que ocorreriam e em que ordem. No entanto, observamos que o protagonismo não foi assumido da forma como desejávamos, tendo instituições como o Iphan e a Secult feito sugestões que não sofreram críticas e nem acréscimos, ainda que tenhamos alertado a comissão de que a programação assumiria contornos institucionais caso a participação dos detentores não ocorresse.

Para que Encontro ocorresse, o necessário comprometimento das instituições parceiras revelou-se parcial, ora por falta de meios, ora por decisões pautadas claramente em discriminação racial, ainda que de forma não declarada. Por fim, a equipe do Iphan teve de arcar com muito mais responsabilidades e funções do que o previsto, tendo sido bastante pesado de lidar com os problemas decorrentes das dimensões de um evento como este, além das muitas reclamações de participantes detentores insatisfeitos.

Compreendemos que apesar de todo diálogo ter sido transparente, de todas as condições para o evento ocorrer terem sido colocadas claramente para todas as lideranças envolvidas nas comunicações, a grande maioria dos detentores entenderam este como um evento do Iphan, e não do coletivo instaurado para tanto. Portanto, todas as falhas decorrentes de omissões das instituições parceiras foram atribuídas ao Instituto às pessoas da equipe à frente do processo.

Apesar de todas as dificuldades envolvidas, no entanto, a avaliação geral do evento foi positiva. A apresentação em praça pública de todos os grupos na noite do sábado é digna de nota, tendo a ordem de apresentações sido definida via sorteio. Todos os grupos guardaram qual seria a sua vez para apresentação e se posicionaram próximo ao local da apresentação quando o grupo anterior estava finalizando, demonstrando uma boa capacidade de organização e respeito mútuo, pois esperaram todos os grupos se apresentarem para retornarem ao local do evento.

Após o Encontro, em reunião de articulação estadual, quando foi tratada da avaliação da ação, equipe do Iphan ES também se posicionou deixando claro que nossas limitações foram em muito ultrapassadas por ocasião do Encontro e que não pretendemos nos responsabilizar mais por este tipo de organização, que deve, do nosso ponto de vista, ser levada a cabo pelos próprios detentores. O GT, por exemplo, pode ser entendido como uma instância privilegiada para o desenvolvimento de um projeto deste tipo pelos detentores. Avaliamos que o coletivo necessita de maior maturidade para buscar e gerenciar projetos coletivos destas proporções, ainda que auxiliados pelas instituições parceiras.

3 - Histórico das Ações de Salvaguarda Implementadas no Estado

Todas as ações de salvaguarda implementadas pelo Iphan no estado buscaram a parceria com os municípios, tanto onde se localizam os grupos detentores, quanto nos municípios que recebem as ações em que o coletivo se reúne. As reuniões ocorridas em Vitória, por exemplo, muitas vezes contaram com a cessão de espaço para seu desenvolvimento, bem como de equipamentos, nos casos das reuniões do Grupo de Trabalho e Comunicação e Captação de Recursos e também a exibição do filme Jongo no Espírito Santo, ocorrida no lançamento do mesmo no espaço do Cine Metrópolis, da Ufes, ou a destinação de ingressos para que os participantes das reuniões pudessem assistir a teatros e cinemas de espaços culturais de prestígio. Podemos dizer que exercitamos muito o eixo da articulação institucional da salvaguarda, embora quando a parceira requerida apresentou altos níveis de complexidade, a tendência tenha sido de uma certa omissão em alguns aspectos que sobrecarregam a equipe do Iphan e comprometeram a qualidade das ações implementadas.

Entre 2009 e 2014, foram iniciadas efetivamente as ações de Identificações de grupos. por meio dos primeiros levantamentos pela metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, bem como as conversas preliminares da equipe técnica do Iphan ES com pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo. Como foi sinalizado em reunião com os parceiros institucionais para a construção deste parecer, a despeito da realização do I Encontro Estadual de Jongos e Caxambu no estado ainda havia uma pesquisa pouco volumosa nesse aspecto.

Para a realização do mesmo, houve um apoio ao I Encontro estadual de Jongos e Caxambu, ocorrido no município de Cachoeiro de Itapemirim, na localidade de Vargem Alegre, na comunidade onde residem os detentores do Caxambu Alegria de Viver ano de 2009 – o Iphan Espírito Santo forneceu apoio logístico para o evento através sonorização, aluguel de tendas, mesas, cadeiras, banheiros químicos, cartazes e folders para divulgação, confecção de placas de sinalização do evento, compra de colchonetes, posteriormente doados à prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, além de realização de contratação de documentação em vídeo e fotografia.

Em 2010, foram iniciadas conversas entre o Iphan e a Ufes para a implementação de um Pontão de Cultura no Espírito Santo. Ainda que essas ações não tenham avançado expressivamente, houveram ações de identificação in loco dos grupos de Jongo e Caxambu do Estado em parceria com a Secult e a Ufes no ano seguinte. Desses contatos emergiu a o Projeto de Extensão Territórios e Territorialidades, no qual pode ser desenvolvida uma Oficina no sul outra no norte com os grupos regionalmente e a mobilização subsequente para o II Encontro de Jongos e Caxambu no ano de 2012, em São Mateus, norte do estado no campus da Ufes no município. Para esse evento, houve um apoio do Iphan no tocante à entrega de “certificados” aos grupo. Tal fato foi considerado um marco para muitos grupos. Além disso, dele gerou-se uma Carta de Reivindicações das comunidades aos poderes públicos instituídos.

Em 2013, houve um novo recurso aprovado para o segundo projeto de extensão universitária na Ufes com mais uma oficina em cada região no ano de 2013. A equipe do projeto de extensão, aliás, contava com a colaboração dos seguintes pesquisadores: Coordenação, Prof. Osvaldo Martins de Oliveira (DCSO-PGCS); Supervisão, Prof^a. Maria Aparecida Santos Barreto (Vice-Reitora em 2013); Profa. Aissa Guimarães e Sandro José da Silva que participou somente no ano de 2013. Entre os discentes dos cursos de pós-graduação, constam: Clair Júnior (então mestrando em Artes e à época técnico do Iphan-ES) e Patrícia Gomes Rufino (doutoranda em Educação). Alunos que naqueles anos foram bolsistas de graduação: Andhrielita Ferraz (da área da Música), Larissa Albuquerque (Ciências Sociais), Luiz Henrique Rodrigues (Ciências Sociais), Rosana Henrique de Miranda (Ciências Sociais) e Jane Seviriano Siqueira (Ciências Sociais). Esse grupo, como se pode ver no quadro abaixo são os principais responsáveis pela expansão da produção de conhecimento sobre o jongo no estado.

Quadro D - Breve levantamento da produção bibliográfica sobre o Jongo no Espírito Santo (2005-2022)
--

Natureza da publicação	Ano	Título	Autor
Dissertação de Mestrado	2019	Processos educativos na comunidade jongueira de Anchieta: práticas de enfrentamento na educação de jovens e adultos.	Francisco de Assis Xavier
Artigo de periódico	2018	O jongo de São Benedito e o samba no tempo antigo: uma análise das narrativas dos jongueiros da região norte do Espírito Santo.	Jane Seviriano Siqueira e Osvaldo Martins de Oliveira
Livro	2017	Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo.	Aissa Afonso Guimarães e Osvaldo Martins de Oliveira (organizadores)
Dissertação de Mestrado	2017	Se o mestre não tiver firmação ele vai à nado: o jongo de São Bartolomeu no norte capixaba.	Jane Seviriano Siqueira
Dissertação de Mestrado	2017	Caxambu do Horizonte a Andorinha: memória e pertencimento da cultura negra.	Jacyara Conceição Rosa Mardgan
Trabalho de Conclusão do Curso	2017	Relações e Mobilizações dos grupos de Jongos e Caxambus no Espírito Santo.	Luciana Cruz Carneiro
Capítulo de livro	2016	O jongo como patrimônio cultural	Osvaldo Martins de Oliveira
Dissertação de Mestrado	2016	O alvoroço de magangá: uma análise do processo patrimonialista do jongo na comunidade de São Mateus, Anchieta (ES).	Larissa de Albuquerque Silva
Capítulo de livro	2016	Quilombo e transmissão cultural do jongo na comunidade de São Cristóvão, São Mateus (ES).	Osvaldo Oliveira e Luiz Rodrigues
Capítulo de livro	2016	A transmissão do jongo na comunidade negra de São Mateus, Anchieta (ES).	Larissa de Albuquerque Silva
Capítulo de livro	2016	Quilombo é casa de mãe: a valorização da herança cultural do caxambu pela família Rosa (Muqui/ES).	Clair da Cunha Moura Júnior
Artigo de Periódico	2015	Jongos e Cultura negra no Brasil: um estudo sobre religiosidade e política.	Sandro José da Silva e Larissa Albuquerque Silva
Artigo de Periódico	2014	Apresentar e representar: os Jongos e Caxambus Capixabas	Sandro José da Silva
Dissertação de Mestrado	2014	Quilombolas e jongueiros: etnografia nas comunidades de Porto Grande e Linharinho, Conceição da Barra (ES).	Luiz Henrique Rodrigues
Artigo de periódico	2014	Se não fosse Manelaia, Maria Antônia não tinha saia”: Etnografia da arte de jogar na comunidade de São Mateus, Anchieta (ES)	Larissa de Albuquerque Silva
Trabalho	2014	Caxambu Alegria de Viver”: memória	Aissa Afonso

publicado em evento		e patrimônio afro-brasileiro em Vargem Alegre (Cachoeiro de Itapemirim - ES)	Guimarães
Dissertação de Mestrado	2013	Caxambu: olhares para além do Horizonte.	Clair da Cunha Moura Júnior
Tese de Doutorado	2013	Olhares sobre jongos e caxambus: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras.	Patrícia Gomes Rufino de Andrade
Artigo de Periódico	2013	Salvuarda do jongo/caxambu no Espírito Santo	Aissa Guimarães e Clair da Cunha Moura Júnior
Trabalho de Conclusão do Curso	2012	Identidade, memória e transmissão cultural: etnografia do Jongo na Comunidade negra de São Mateus - Anchieta/ES.	Larissa de Albuquerque Silva
Capítulo de livro	2012	Patrimônio e Salvuarda: o Jongo/Caxambu no sul do ES.	Aissa Guimarães e Clair da Cunha Moura Júnior
Dissertação de Mestrado	2011	O ciclo de festas para São Benedito das Piabas	Victor Hugo Simon Machado
Trabalho publicado em evento	2011	Territorialidades Jongueiras no sul do ES	Aissa Guimarães e Clair da Cunha Moura Júnior

*Os trabalhos elencados foram oriundos das seguintes áreas: Ciências Sociais, História e Artes Visuais.

Em 2014, o Iphan forneceu apoio com transporte de um representante por comunidade até o 13º Encontro de Jongo em São José dos Campos, em São Paulo. O evento permitiu a socialização dos mestres e detentores com outros estados que integram o Sudeste. Trata-se de uma medida que incentiva o reconhecimento e interação entre os grupos, ainda que afastados espacialmente e promove trocas significativas entre os mesmos na configuração de suas práticas culturais.

No ano seguinte, 2015, houve a realização de duas reuniões de articulação. A primeira delas ocorreu no Museu Capixaba do Negro (Mucane) que nos cedeu espaço com um hotel próximo ao espaço. Nessas reuniões ocorreu a apresentação da proposta da impressão de calendário sinalizando as datas festivas dos grupos e apresentando fotografias dos mestres das comunidades (material audiovisual gerado através do INRC). Ademais, em 2015 ocorreu o último edital do Ministério da Educação para o PROEXT, inscrição de um Programa de Extensão universitária pela Ufes, com a vigência de 2 anos.

Em 2016, o Iphan buscou cotar a realização de uma reunião no norte e outra no sul, conforme preferência dos detentores. No entanto, isso dificultou em muito o trâmite burocrático das contratações para a viabilização logística das ações e nos fez perder o prazo da execução do Plano de Ação aprovado. A previsão somente veio a ocorrer em 2017. Nesse ano realizou-se 2 reuniões de articulação em Vitória, contando com a participação de representantes dos outros estados do Sudeste, além de seis participantes externos. Em todas as reuniões convidamos os municípios onde se localizam os grupos de jongo e caxambu a enviarem representantes da pasta da cultura a participarem das reuniões, a fim de ampliar os parceiros institucionais e facilitar o diálogo entre as autoridades públicas e os detentores. Além do interesse político, acreditamos que o orçamento para tal também seja um fator, pois o Iphan não dispunha de recursos para o transporte, hospedagem e alimentação dos representantes municipais nas reuniões. Entre as discussões nesse momento, constam-se a apresentação de projeto gráfico de

camisetas e ecobags para aprovação dos detentores. Houve, ainda, a reprodução dos DVDS e entrega de 50 por grupo, o que evidencia as ações visando à difusão e divulgação do bem cultural.

Em 2018 fez-se duas reuniões de articulação e duas reuniões do GT. Reunião de Articulação Regional realizada em Belo Horizonte, com a participação de 1 representante por grupo. Segundo os próprios detentores, as reuniões ocorridas no Espírito Santo fortaleceram novamente a noção de necessidade de articulação regional dos grupos, algo que se perdeu quando da separação das ações de salvaguarda estadualmente através das Superintendências Estaduais do Iphan. Além disso, lançou-se o edital de premiação dos grupos pelo Iphan-ES através de recursos provenientes de emenda parlamentar do Deputado Jorge Silva, visando tanto a familiarização dos grupos com a linguagem dos editais e projetos, quanto a disponibilização de recursos para gestão direta dos detentores com interesses concernentes à salvaguarda do Jongos/Caxambu de forma particular por cada grupo.

Nessa conjuntura, ainda se deu início às articulações com instituições visando parcerias para a realização do III Encontro estadual de Jongos e Caxambus na cidade de Alegre, sul do estado. A escolha pelo local levou em conta a alternância entre as duas regiões de concentração dos grupos, bem como a atuação de instituições federais localmente. A possibilidade de realização do encontro se deveu, assim como o edital citado acima, a captação de emenda parlamentar. Durante a implementação da ação, deparamo-nos, por vezes, com a interferências de mediadores externos aos grupos que auxiliaram na proposição de projetos, mas acabaram por se apropriar dos recursos destinados ao grupo. Tal fato nos leva a considerar que seja cabível ações que visem à autonomia das comunidades para a elaboração, execução e prestação de contas dos projetos.

Em 2019, por sua vez, realizou-se o III Encontro de Jongos e Caxambus na cidade de Alegre. O evento contou com a presença de cerca de 500 detentores dos grupos do estado, além da participação de dois representantes dos outros três estados do sudeste, bem como dos técnicos que trabalham com o patrimônio imaterial nestes estados e o diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial que fez uma fala acerca da referida política pública. Foi prevista ainda 2 reuniões de articulação e 2 reuniões do GT. A primeira reunião do GT ocorreu antes do Encontro, e nela realizamos uma oficina de captação de imagens com o celular, com a equipe da Ufes. A ideia era de que a ação pudesse resultar na captação de material audiovisual de qualidade e que fosse produzido pelos próprios detentores. Isso poderia suprir a ausência da contratação de equipe destinada à documentação da ação devido aos recursos terem sido destinados exclusivamente para a contratação de transporte e compra de insumos para alimentação de todos os grupos. Infelizmente, a ação não teve o desdobramento esperado e não gerou uma quantidade significativa de vídeos produzidos pelos participantes.

Na reunião de articulação de dezembro de 2019 realizou-se uma avaliação do evento que contou com vários desafios e dificuldades de logística e organização. Além disso, nela se executou uma Oficina em Educação Étnico-Racial durante a Reunião de Articulação, com a escritora e professora de Literatura afro-brasileira da Ufes, Kiusam de Oliveira. Tratava-se de uma possibilidade de discutirmos acerca do racismo e discriminação estava frequentemente vindo à tona e havia necessidade de uma qualificação e aprofundamento.

Nesse mesmo ano, organizou-se duas oficinas regionais, sendo uma no norte e a outra no sul. O objetivo consistia em promover uma discussão referente à formalização dos grupos, uma demanda que estava posta desde a carta de reivindicações dos grupos apresentada ao Iphan e a Secult ES em 2012. O resultado da ação foi muito bom na avaliação desta equipe técnica, uma vez que a oficinaira também é uma detentora do mesmo bem cultural de outro estado, e possui, portanto, muitas afinidades e sensibilidade em tratar das questões abordadas na ação.

A ação também visou alcançar a municipalidade em ambas regiões, por meio de uma reunião com os gestores públicos locais. No sul, por se tratar de quantidade muito maior de municípios, não conseguimos adesão expressiva. Apenas 2 municípios enviaram representantes, sendo que um deles era o anfitrião (Cachoeiro de Itapemirim) e nos cedeu o espaço tanto para a conversa com os gestores, quanto para a conversa com os detentores. No caso do norte, por seu turno, também contamos com a participação de 2 municípios, no entanto, os grupos no norte se concentram nesses dois municípios.

Em 2020 foi planejada a reunião de jovens jongueiros em março de 2020. Entretanto, tal evento teve de ser suspenso dado o contexto sanitário que se instalou no mundo. Entre maio e julho de 2020, realizou-

se ligações às lideranças e mestres comunidades no sentido de mapear as principais mudanças provocadas pela pandemia. Os resultados foram compartilhados em reunião virtual no dia 14 de julho, no qual se apresentaram os dados dos impactos da primeira onda da pandemia. A quantidade de participantes foi pouco significativa, dada a dificuldade no acesso às tecnologias virtuais. Nessa reunião ainda se apresentou a possível sanção do projeto de lei de emergência cultural (Lei Aldir Blanc), detalhando os seus pontos principais. Ao longo do ano, apoiou-se projetos como o Inventário Afetivo do Caxambu do Horizonte que obteve recursos desta normativa.

4. Conclusão

Considerando que o Jongo no Sudeste permanece sendo uma referência cultural significativa no estado;

Considerando a anuência e adesão dos detentores pela continuidade do título de patrimônio cultural brasileiro;

Considerando a permanência dos aspectos relevantes que ensejaram o registro do bem cultural;

Considerando o êxito e alcance do processo de identificação e salvaguarda do Jongo no estado do Espírito Santo;

A equipe técnica posiciona-se **favoravelmente à pertinência da revalidação do título do Jongo no Sudeste como patrimônio cultural brasileiro**. Em acréscimo, informamos que as ações de articulação no estado também serviram para dinamizar o cenário regional, uma vez que a participação de representantes dos demais estados, além de colaborar com o processo do coletivo no Espírito Santo, voltaram a demandar a oportunidade de articulação regional.

Recomendamos, por fim, que a Superintendência desenvolva uma interlocução necessária com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quanto à questão da titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos; sinalizamos a importância de avanço de iniciativas no tocante ao sistema previdenciário dos mestres; articulações com as secretarias municipais de cultura visando o apoio mais frequente ao transporte dos grupos; alinhamento com a Secretaria de Estado da Cultura, a fim de possibilitar uma maior facilitação do acesso dos grupos aos editais públicos; o fortalecimento de ações que visem à transmissão intergeracional (em especial em comunidades que vivenciam um processo mais lento de renovação de lideranças jovens); bem como a promoção de espaços que possam assegurar diálogos de devolutivas das pesquisas científicas desenvolvidas acerca dos detentores.

Sem mais, é esse o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Oliveira da Silva, Técnico I**, em 13/10/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Velloso de Luna Guidi, Técnico**, em 13/10/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3026154** e o código CRC **33640FCB**.

Referência: Processo nº 01450.001872/2021-92

SEI nº 3026154